



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## LEI ORDINÁRIA Nº 1.863/2021, de 03/02/2021

**"Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo para pagamento parcelado de precatórios/RPV e compensação de débitos inscritos em dívida ativa municipal, de natureza tributária e não tributária".**

Eu, Edilson Magro, Prefeito Municipal de Coxim-MS, usando das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O Município de Coxim fica autorizado a promover o parcelamento dos débitos já inscritos em precatórios e requisições de pequeno valor, vencidos ou não, diretamente com os credores ou seus advogados, estes desde que possuam poderes específicos para tal finalidade.

**Parágrafo único** - Considera-se requisição de pequeno valor a dívida igual ou inferior ao teto do Regime Geral da Previdência Social.

**Art. 2º.** A validade da transação dependerá da assinatura do Prefeito Municipal.

**Art. 3º.** Antes da formalização do parcelamento, o Município de Coxim fica autorizado a promover a compensação do débito, alimentar ou comum, com os valores inscritos em dívida ativa em nome do credor, sucessor ou cessionário, de natureza tributária ou não tributária.

**Art. 4º.** O acordo deverá obedecer às seguintes regras e limites:

**I** – Requisição de Pequeno valor:

- a) Desconto de 5% a 10%;
- b) Parcelamento mensal: mínimo de 2 vezes e máximo de 6 vezes;
- c) Prazo mínimo de 45 dias corridos para início do pagamento, contados da intimação acerca da homologação judicial.

**II** – Precatórios de até R\$ 50.000,00.

- a) Desconto de 10% a 20%;
- b) Parcelamento mensal: mínimo de 5 vezes e máximo de 10 vezes;
- c) Prazo mínimo de 60 dias corridos para início do pagamento, contados da intimação acerca da homologação judicial.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**III –** Precatórios de R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00.

- a) Desconto de 20% a 30%;
- b) Parcelamento mensal: mínimo de 10 vezes e máximo de 20 vezes;
- c) Prazo mínimo de 90 dias corridos para início do pagamento, contados da intimação acerca da homologação judicial.

**IV –** Precatórios de R\$ 100.000,01 a R\$ 250.000,00.

- a) Desconto de 25% a 35%;
- b) Parcelamento mensal: mínimo de 12 vezes e máximo de 25 vezes;
- c) Prazo mínimo de 90 dias corridos para início do pagamento, contados da intimação acerca da homologação judicial.

**IV –** Precatórios acima de R\$ 250.000,01.

- a) Desconto de 30% a 40%;
- b) Parcelamento mensal: mínimo de 20 vezes e máximo de 48 vezes;
- c) Prazo mínimo de 120 dias corridos para início do pagamento, contados da intimação acerca da homologação judicial.

**Parágrafo único** – Caso o parcelamento tenha o condão de adentrar na gestão seguinte, o número de parcelas deverá obrigatoriamente ser reduzido para pagamento na mesma gestão.

**Art. 5º.** As propostas de acordo deverão ser oferecidas na ordem de classificação constante no sítio do respectivo Tribunal.

**Parágrafo único** – A negativa do credor antecedente em celebrar o acordo, não impede a realização da transação com o próximo credor da fila, sucessivamente.

**Art. 6º.** Desde a data do acordo, fica vedada a inscrição do Município em qualquer órgão de restrição atinente ao crédito transacionado.

**Art. 7º.** Fica vedado o sequestro de verba pública nos casos de atraso no pagamento da parcela inferior a 30 dias.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de fevereiro de 2021.

**Edilson Magro**  
Prefeito do Município de Coxim